

CAPÍTULO IV

Ataques ao rio Tarumã e a Violação do direito à água



Considerando seu atual estado, Tarumã não tinha tempo a perder. Para proteger a si e aos Chiquitanos, era necessário empoderar Suru através do esclarecimento sobre questões relacionadas ao direito à água. Tarumã sabia que o fortalecimento da luta Chiquitana passava pelo acesso a estas infor-

mações. Assim, a luta ganharia força e ecoaria pelo mundo.

— Suru, sei que isso dói. Acredite porque eu sinto muito bem isso. Lembra que falei que há várias normas nacionais e internacionais defendendo os direitos de vocês?

— Lembro sim.

— Bem, uma coisa que eu preciso comentar é o que chamam de Política Nacional de Recursos Hídricos de 1997. Já ouviu falar?



— Acho que não. — afirmou Suru, fazendo força para buscar algo na memória.

— Pois bem, de acordo com o artigo 2º desta lei, o consumo humano deve ser priorizado em situações de escassez de recursos hídricos. A prioridade é garantir que todos hoje e amanhã tenham acesso à água de qualidade para os mais diversos usos, devendo proteger toda fonte de água contra o uso inadequado. Aqui no Brasil temos ainda o Código de Águas, que foi instituído pelo Decreto nº 24.643/34 de 1934 ainda em vigor. Ele diz que as pessoas não podem fazer coisas que prejudiquem de alguma forma o curso de águas. Aquele que não respeitar esta regra será penalizado com multa e terá que desfazer o mal que fez. E se não cumprir com sua obrigação, o Estado irá assumir a tarefa, mas vai cobrar do responsável.

— Entendi. Tem mais alguma coisa que pode acontecer com quem causar mal pra natureza?

— Tem sim. Pela Constituição, lá no artigo 225, parágrafo 3º, quem causar dano, tem obrigação de repará-lo, além de responder civil, penal e administrativamente. Não que você vá entender tudo isso agora. Bem, vamos dizer que a pessoa que ferir a natureza vai ter muitos problemas. Em outros casos, como a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece que qualquer poluição que cause danos à saúde humana e à flora e à fauna (ou seja, a natureza), será punida com prisão e multa. A Lei dos Recursos Hídricos também prevê a possibilidade de aplicação de penas aos responsáveis por provocar perdas e danos em razão da utilização irregular das águas.

— Aha! Então eles não vão se safar tão fácil assim! Mas... o que acontece se elas disserem que não têm culpa?

— Não, pois o causador de atividades poluidoras possui a chamada responsabilidade objetiva, ou seja, deve indenizar e reparar o dano independentemente de culpa. Para você ter ideia, dá nem para o sujeito alegar que foi um desastre ou que foi culpa de outra pessoa. Seja um indivíduo, uma empresa ou até o poder público, todos respondem de todos os jeitos possíveis.

— Ah, então tem muita lei protegendo a gente e as águas! Mas assim, isso só deixa mais difícil de entender. Como é que tem tanta proteção e adianta de nada?

Tarumã sabia exatamente sobre o que Suru estava falando. Em janeiro de 2021 o povo da Aldeia Acorizal percebeu que sua água estava barrenta, que seu nível havia baixado e que havia sedimentos na água.



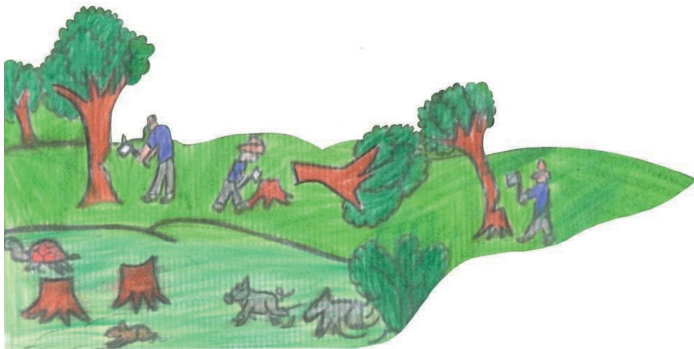
Isso os deixou preocupados a ponto de suspenderem o uso de sua água por medo de contaminação. Essa situação de dano repercute no mundo físico e espiritual indígena. Isso porque as águas mantêm a vida dos animais e de protetores espirituais responsáveis pelo equilíbrio da natureza. E para piorar a situação, parte dos Chiquitanos ficou sem acesso à água justamente no meio da Pandemia da COVID-19, período em que a água se tornou indispensável para a higiene pessoal como instrumento de prevenção contra essa doença que já fez milhares de mortos pelo mundo e entres os indígenas.

— Sinceramente, também não tenho uma resposta fácil. Eu realmente não estou nos meus melhores dias, resultado do desmatamento ilegal da minha margem e represamento na cabeceira provocados pelos fazendeiros.

Suru olhou atentamente para Tarumã e percebeu que seus olhos, apesar de belos, pareciam um pouco mais cansados. “Já estavam assim antes?” — pensou o jovem. Quando pensou em perguntar, Tarumã respirou fundo e se revigorou uma vez mais.

— Você já percebeu que mesmo enquanto conversamos eu estou lutando, não é? Sei que o meu estado atual afeta diretamente a segurança alimentar da comunidade Acorizal e outras comunidades indígenas, já que não posso mais fornecer água para o cultivo local de frutas, verduras e legumes. Além disso, faz tempo que a quantidade de peixes que por minhas águas nadam vem diminuindo. Se nada for feito para reverter essa situação, as consequências serão terríveis. Por isso preciso de vocês.

O garoto parou por um breve momento examinando as águas, pensando quantos peixes havia ali e quantos outros já não estavam mais presentes. Pensou nas pessoas passando fome e lembrou de uma conversa que escutou dos anciões da aldeia.





— Sabe, Tarumã, no início a gente não sabia bem o que tava acontecendo, mas a gente sabia que tinha coisa errada. O problema é que não dava pra gente descobrir tudo sozinho. Não dá pra andar o rio todo até encontrar, mas o povo sabia que tinha a ver com as fazendas. Isso tá errado. Por isso foram buscar ajuda de quem dava, de autoridade, de gente com disposição pra ajudar.

— Fizeram bem em não se expor a perigo de morte. Toda vida Chiquitana é valiosa e deve ser protegida. Denunciar o caso às autoridades competentes e dar visibilidade social ao problema foi uma boa solução.

— Sim. Soube que, após denúncias do povo Chiquitano, lá pra janeiro de 2021 teve polícia de Cáceres indo nas

fazendas perto de Acorizal e viram que a gente tava certo desde o início. O fazendeiro tava destruindo tudo. Falaram que não podia porque área de “preservação permanente” ou algo assim.



— Verdade. Eu acompanhei a situação das minhas margens, da cabeceira do rio. Eles encontraram uma estrutura que provava tudo, além de uma área desmatada ilegalmente, dentro de terra indígena, evidências de utilização de fogo na floresta, aterramento de áreas de preservação permanente em minhas margens e a construção de uma ponte irregular. Tinham vários maquinários utilizados no desmate e preparação do solo para a formação de pastagem.

— Na época até aplicaram uma multa, né? Mas até agora nossa situação ainda não melhorou. Por isso entendo o desânimo que toma conta da minha família. Parece que a gente luta, luta, luta e no fim, não dá em nada!

Ora, o que era aquilo escondido lá no fundo dos olhos de Suru? Seria um fio de desesperança, de cansaço? Foi neste momento que Tarumã percebeu o quanto aquela criança era forte. Estava lutando impetuosamente para não ceder espaço a pensamentos negativos, que o afastariam de sua tarefa. O desejo de proteger seu povo e a natureza era forte e sincero. Tarumã precisava mostrar para ele que o sacrifício valia a pena e que cada pequena vitória era, na verdade, uma grande vitória.

— Não é bem assim. Toda transformação significativa, como você chama, não é feita da noite para o dia. Ela é composta de várias etapas pequenas e igualmente importantes, que quando superadas podem ser entendidas como vitórias. A denúncia e a vistoria da Polícia são exemplos destas etapas que, por sua vez, desencadearam a etapa seguinte. Você sabe que etapa foi essa?

— Não.

— A mobilização de mais de 70 entidades socioambientais e de direitos humanos que se uniram para enviar um documento, por meio do Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual e Secretaria de Meio Ambiente, no dia 21 de janeiro de 2021. Ele foi acompanhado de uma carta escrita por representantes indígenas das aldeias afetadas. A denúncia do povo Chiquitano somada ao trabalho da Polícia Militar Ambiental e esse documento resultaram em um processo contra essas ações danosas. Por isso não devemos desanimar. Cada passo da luta do povo Chiquitano é importante ato de resistência que os aproxima de seus objetivos.

— Olhando por aí, até que você tá certa. As coisas estão mudando. Dá pra melhorar!

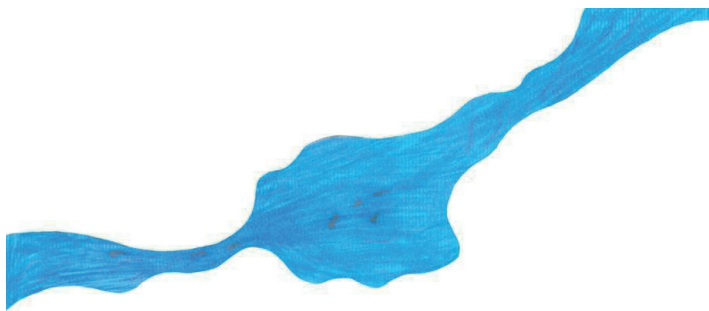
— Com certeza. Não ceda ao pessimismo antes de avaliar a situação como um todo.

— Você tem muita sabedoria mesmo, né moça Tarumã?

Suru imaginava que Tarumã sabia de muita coisa, mas mesmo assim se surpreendeu. Conversar com ela era muito bom. Sentia que poderia perguntar qualquer coisa.

— Como a gente cobra isso das autoridades?

— Existe a ação civil pública. É uma ferramenta processual, prevista na Constituição Federal e em lei própria, utilizada para defender os interesses do povo. É o clássico “a união faz a força”. É uma das maneiras que vocês unidos têm de prevenir e evitar danos junto ao Poder Judiciário.



— E no caso do fazendeiro? Deu alguma coisa?

— No processo foi pedida a prisão preventiva contra o fazendeiro responsável pela construção irregular de uma ponte sobre de mim, entre outras irregularidades, bem como sua condenação para desobstruir o rio, por meio da retirada da ponte, da remoção dos sedimentos acumulados nas margens do rio e da retirada da terra que foi colocada indevidamente na área, garantindo assim o retorno à normalidade do fluxo d'água, em favor das comunidades indígenas que foram afetadas pela obra ilegal. Solicitaram ainda que a decisão seja cumprida no prazo de 15 dias, com multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento e a aplicação de outros tipos de penalidades, como a apreensão do passaporte e da Carteira Nacional de Habilitação, além da restrição de acesso a bens.

— E já teve alguma decisão?

— O processo está muito lento. Ainda não conseguiram encontrar o fazendeiro para que ele apresente sua defesa. E o juiz entendeu que não há pressa para resolver o caso porque nenhum direito indígena estaria em perigo, por isso negou os pedidos liminares. No entanto, o fazendeiro já foi multado pela fiscalização estadual no valor de R\$ 1.128.737,88, a ser pago ao governo do Estado de Mato Grosso, pelos danos causados ao meio ambiente.

— A ação civil pública está demorando, assim como o processo de demarcação de nossas terras. Parece que os processos que buscam defender os direitos do meu povo demoram mais para andar. É fácil notar a falta de interesse do poder público. A sensação é que a gente fala e fala, mas os juizes não nos escutam ou fingem não escutar. Isso é revoltante, mas não se preocupe. Nós vamos continuar lutando por sua vida e pela vida dos Chiquitanos. Não vou me deixar abater pelo desânimo.

— Fico feliz, significa que nossa conversa atingiu o propósito que eu esperava. Antes de encerrá-la, gostaria de ressaltar que o Direito é o caminho para soluções pacíficas e duradouras. No entanto, não podemos esquecer da força da opinião pública. Por isso devemos buscar apoio popular, em âmbito nacional e internacional, bem como dar visibilidade para a causa na mídia, pois assim conseguiremos constranger o Estado brasileiro a tomar uma atitude em prol dos Chiquitanos. Isso é importante instrumento de pressão destinado a impulsionar a ação do poder público. Afinal, de nada adianta ter Direitos e lutar por eles, se o Poder Judiciário e Executivo forem tímidos e lentos de modo a retardar ou inviabilizar sua efetivação.

— Entendi. Nossa, são tantos ensinamentos! Aprendi tanta coisa hoje!

— Eu que agradeço, pequeno. Seu interesse pela luta do seu povo é admirável!



Ali, permaneceram. Conversaram por horas como se o tempo não passasse. Horas de conversas apenas entre eles, o garoto e o rio.